

EXPORTAÇÕES X IMPORTAÇÕES: O PROBLEMA DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA.

Hélio Braga Filho - Uni-FACEF
Marcos Vinícius de Souza - Uni-FACEF
Natália Diniz - Uni-FACEF

INTRODUÇÃO

O crescimento econômico é um processo caracterizado pelo aumento contínuo de bens e serviços produzidos e transacionados num determinado espaço de tempo, a preços correntes de mercado, enquanto o desenvolvimento econômico é um processo sustentado de acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico que permite aumentar a renda por habitante e de promover a melhoria da qualidade de vida da população.

Do ponto de vista microeconômico, do mesmo modo que a firma depende do crescimento da economia para realizar o seu crescimento, o crescimento da economia depende do ritmo de acumulação e da capacidade da firma realizar o seu potencial de crescimento.

Considerando (d) a taxa de crescimento demográfico; e (d^*) a taxa de crescimento econômico, o desenvolvimento econômico medido apenas pela expansão do produto total por habitante, ocorrerá, desde que (d^*) cresça à taxas superiores à taxa de expansão (d) .

Todavia, o desenvolvimento econômico não se limita apenas à expansão do produto per capita, mas resulta, sobretudo, de um processo de mudanças estruturais e institucionais. No caso de economias subdesenvolvidas e/ou de economias em desenvolvimento, as mudanças de caráter estrutural estão relacionadas:

- a) à redução do peso da atividade primária – agricultura, extrativa, etc. - na composição do produto total da economia e do conseqüente aumento da participação da indústria de transformação;

- b) à redução percentual da força de trabalho ocupada no setor primário seguida da ampliação desta no setor industrial;
- c) às modificações na estrutura industrial provenientes do aumento da participação da indústria dinâmica, concomitante à redução da contribuição da indústria tradicional;
- d) às alterações na composição da pauta exportadora; e
- e) à mudanças na estrutura de consumo.

No caso do Brasil, adotando a análise cross-section de Kuznets relativa à participação dos setores no valor adicionado industrial, Baer¹ constata alterações substanciais na estrutura da indústria brasileira.*

“A conhecida análise cross-section de Kuznets, [...] -, mostra claramente a correlação inversa entre a renda per capita e a participação do setor agrícola, assim como a associação positiva da participação da indústria e de serviços com a renda per capita”.²

Em termos mais gerais, examinando um conjunto de 57 países (1958) cuja fonte é o trabalho de Kuznets – Economic growth of nations: Cambridge, Mass, Harvard University Press, 1971 – Baer observa para diferentes grupos de países e PIB per capita (US\$ a preços de 1958) as seguintes correlações:

- a) no grupo I países com PIB per capita de US\$ 51,8 – a participação dos três macro setores da economia no PIB era de 53,6% na agricultura, 18,5% correspondia à participação da indústria e o setor de serviços representava 27,9%; e
- b) no grupo VIII países com PIB per capita de US\$ 1.382 – neste grupo, a agricultura contribuía com apenas 9,2% no

¹ BAER, Werner. A Industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil. Tradução: Paulo de Almeida Rodrigues. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988. p. 521.

* Nota: A esse respeito Baer observa: “Segundo Hirschman, este tipo de mudança estrutural está geralmente associado à intensificação do processo de industrialização, isto é, quanto maior a renda e maior a parcela da população empregada no setor industrial, maiores serão as transações intersetoriais.”

² BAER, Op. Cit; p.512.

PIB, conquanto a indústria e o setor de serviços participavam com 50,2% e 40,6% respectivamente.

Em se tratando da participação dos setores no valor adicionado industrial brasileiro, a análise dos dados cross-section de Kuznets – entre 1953 e 1958 para diferentes valores do PIB per capita em US\$ a preços de 1953 e de 1958 – aponta para uma progressiva redução da participação da indústria tradicional (alimentos, bebidas, fumo, vestuário e calçados, etc.), contrastando com suave, porém, crescente aumento da indústria dinâmica (produtos metálicos, metais básicos, metalurgia, mecânica, material de transporte, etc.) no PIB do país.

No que diz respeito à participação das exportações na produção total e à participação dos salários e encargos no valor adicionado, a economia brasileira descreve um quadro bastante interessante.

Tabela 1: Brasil, participação das exportações na produção total e participação dos salários e encargos sociais no valor adicionado em subsetores selecionados: 1959 e 1981.

Subsetores de Atividade Econômica	Participação (em %)			
	X/P ¹		W/VA ²	
	1959	1981	1959	1981
Minerais não metálicos	0,37	2,00	37,46	25,56
Mecânica	0,30	8,10	47,76	44,37
Material de transporte	0,09	15,00	31,74	27,22
Couros e Peles	16,09	23,00	38,49	33,41
Têxtil	0,62	18,30	42,51	24,72
Vestuário e Calçados	0,07	16,40	43,49	29,06
Produtos alimentares	21,71	18,70	26,46	20,18

Fonte: Elaboração dos autores segundo Baer, 1988.

1. X/P: refere-se à participação das exportações na produção total;

2. W/VA: refere-se à participação dos salários e encargos sociais no valor adicionado.

Os subsetores mais dinâmicos de atividade econômica no período considerado registraram expressivo aumento das exportações na produção total e tênue redução da participação dos salários e encargos sociais no valor adicionado, contudo, os subsetores da indústria leve (exceto o subsetor de produtos alimentares)

tiveram substancial aumento da participação nas exportações e na produção total, seguida de queda da participação dos salários no valor adicionado (têxtil, vestuário e calçados mais acentuados).

Sob a ótica microeconômica o crescimento da firma, depende da existência de mercados para poder escoar sua produção.

“O crescimento da firma, no entanto, está limitado por sua capacidade de financiar o investimento requerido para sua expansão e pela existência de mercado para sua produção crescente. Neste contexto, o exame da natureza de tais limites e da possibilidade de superá-los deve ser colocado no centro da análise do crescimento. Pode ser sugerido, em particular, que a firma encontra com maior freqüência, na existência de mercado para sua produção, o limite mais restritivo à sua capacidade de crescer.”³

Assim, se o limite mais restritivo à capacidade de crescimento da firma é definido pela existência de mercado, a sua superação, dependerá da capacidade da firma em procurar continuamente, novos mercados para o escoamento da sua produção.

Analogamente, o crescimento da economia depende do comportamento dos consumidores e, por conseguinte, do consumo, da disposição dos empresários em realizar investimentos, do comportamento do governo através dos seus gastos e do desempenho do setor externo, notadamente das exportações e das importações.

“Assume-se que a firma planeja operar com certo nível de capacidade ociosa, destinada principalmente a permitir resposta imediata a aumentos ocasionais ou a uma expansão permanente mais rápida da demanda. Portanto, a firma realizará investimentos de expansão diante da expectativa de um acréscimo da demanda que acarrete um aumento permanente do grau de utilização da capacidade, elevando-o acima do nível planejado.”⁴

É evidente, que a firma mesmo planejando operar com certa ociosidade, somente realizará investimentos diante de perspectivas favoráveis de

³ GUIMARÃES, Eduardo Augusto. Acumulação e crescimento da firma: um estudo de organização industrial. – Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. p. 14.

⁴ GUIMARÃES, Op. Cit; p. 29.

expansão da demanda que lhe assegure retorno crescente. Logo, o crescimento da economia, assim como o da firma, condicionam-se à expansão da demanda e à ampliação dos mercados.

Partindo do princípio contábil de igualdade, ou melhor dizendo, de equilíbrio entre oferta agregada (O_A) e a demanda agregada (D_A), podemos expressar esta identidade a partir dos seus principais componentes:

- a) $O_A = W + L + T$: a oferta agregada corresponde à remuneração dos trabalhadores na forma de salários (W), à remuneração dos capitalistas através dos lucros (L) e à arrecadação do governo mediante o recolhimento de impostos (T);
- b) $D_A = C + I + G + (X-M)$: a demanda agregada – fontes de crescimento da economia – corresponde ao produto sob a ótica do dispêndio em consumo (C), investimentos (I), gastos do governo (G) e do setor externo representado pelas exportações (X) e pelas importações (M).

De outro modo podemos dizer que:

“[...] o Produto Interno Bruto (PIB) de um país é a soma do Dispêndio Agregado da sociedade (D) em Consumo Privado (C), Investimento Privado (I) e Gasto Público (G) com o Saldo das Transações Reais ($X-M$) esta parcela também denominada Componente Externa do Produto.”⁵

Deste modo, o Produto Interno Bruto examinado sob a ótica da demanda agregada corresponde:

$$PIB = C + I + G + (X-M)$$

O crescimento da economia fica assim condicionado às possibilidades de aumento do consumo doméstico, dos investimentos privados, dos gastos de governo, ou, mediante a expansão do setor externo através de saldo comercial líquido positivo ($X > M$).

⁵ SILVIA, José Cláudio Ferreira da. Relações Macroeconômicas Básicas – Rio de Janeiro: Cadernos ANGE, n. 7. 1994. p. 11.

Contudo, o tripé da política econômica sustenta-se sob três objetivos fundamentais, quais sejam: crescimento, estabilidade e eqüitatividade – sendo o último, equivalente a uma distribuição mais equilibrada da renda entre os membros da sociedade.

Em relação à estabilidade da economia este mesmo objetivo (de curto prazo) desdobra-se de forma mais geral em: a) estabilidade do nível geral de preços, b) manutenção dos níveis de emprego e, c) equilíbrio do setor externo – equilíbrio nas transações correntes, no balanço de pagamentos e da obtenção de reservas cambiais em níveis adequados.

A consolidação do equilíbrio do setor externo restrito apenas às transações correntes resulta senão do equilíbrio entre as exportações e importações ($X = M$), porem; se $X < M$ o resultado será déficit comercial; ou, caso $X > M$ ocorrerá superávit comercial.

Convém observar que não consideramos as flutuações da taxa de câmbio.

Todavia, o valor das exportações (expresso em unidades monetárias), bem como o valor das importações, é produto da quantidade (volume físico) multiplicada pelo correspondente preço das exportações e das importações, ou seja: $X = Q_x \cdot P_x$: o valor das exportações corresponde à quantidade física exportada multiplicada pelo preço (FOB/CIF) das exportações, analogamente, $M = Q_M \cdot P_M$: o valor das importações corresponde à quantidade importada de mercadorias multiplicada pelos seus respectivos preços. Em se tratando de produtos primários, dada a sua sensibilidade e instabilidade decorrente das flutuações dos seus preços e da demanda, cumpre ressaltar que a

“[...] características estrutural de muitos países subdesenvolvidos, que freqüentemente leva à instabilidade monetária, é uma acentuada tendência de exportar um ou uns poucos produtos primários. A inelasticidade da procura e da oferta desses produtos provoca grandes oscilações de preço, e portanto das receitas de exportação. [...] Aceita-se de modo geral, que a flexibilidade da oferta e da procura dos produtos primários tende a ser bastante baixa: além disso, os preços dos produtos primários são normalmente determinados em mercados internacionais em regime de concorrência e não pela vontade dos produtores individuais. Em conseqüência, as discrepâncias entre a procura e a oferta mundiais tendem a produzir aguda movimentação no preços, e não na produção; e

as rendas da exportação e as relações de comércio dos países produtores primários sofrem de instabilidade.”⁶

No caso dos países subdesenvolvidos, em que, via de regra, a pauta exportadora é constituída por uns poucos produtos primários, as relações de comércio, isto é, os termos de troca⁷, são muito mais instáveis, o que por conseguinte, compromete ainda mais a capacidade para importar dessas economias. As flutuações dos preços dos produtos primários comprometem ainda a própria receita dos produtores.

“[...] supondo que a procura mundial está produzindo uma tendência favorável, isto é, ascendente, nos preços de exportação dos produtores primários e, portanto, nos preços de exportação dos produtores primários. É razoável supor que as relações líquidas de troca no comércio dos produtores primários também se movam favoravelmente, já que geralmente a elasticidade da oferta das importações de bens manufaturados é maior do que a elasticidade da oferta das exportações de produtos primários.

Podemos assinalar imediatamente duas conseqüências favoráveis ao crescimento econômico. A primeira é que a renda real estará em elevação mais rápida do que a produção real. [...] A segunda conseqüência é que a capacidade para importar aumentará. Isso decorre do fato de que quando os preços de exportação se elevam nas circunstâncias que supomos, o volume de exportação provavelmente aumentará, em vez de cair.”⁸

Considerando que tanto os países subdesenvolvidos como os que se encontram em vias de desenvolvimento, necessitam importar máquinas e equipamentos, insumos industriais, etc., para impulsionarem o seu desenvolvimento industrial, o aumento da capacidade para importar⁹ dependerá, sobretudo, da melhoria dos termos de comércio.

⁶ MAYNARD, Geoffrey. Desenvolvimento, inflação e preços. Tradução: Luciano Miral. – Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1963. p. 56-57.

⁷ Os termos de troca resultam da divisão do Índice de Preços das Exportações pelo Índice de Preços das Importações, ou seja: sendo I_{PX} o índice de preço das exportações e I_{PM} o índice de preço das importações, os termos de comércio ou termos de troca T resultam: $T = I_{PX}/I_{PM}$. Assim, quanto maior o I_{PX} e menor o I_{PM} mais favoráveis serão os termos de troca, caso contrário, quanto menor o I_{PX} e maior o I_{PM} , os termos de troca configurarão deterioração dos termos de intercâmbio.

⁸ MAYNARD, Op. Cit; p. 58.

⁹ Capacidade para importar. “Capacidade medida pela razão entre o valor das exportações (preço x quantidade) e o preço das importações. Geralmente, este índice é calculado pela seguinte fórmula: $Cpi = P_{exp} \cdot Q_{exp} / P_{imp}$, onde o preço das exportações, a quantidade exportada e o preço das

Assim, países dependentes da exportação de produtos primários – sensíveis às flutuações de oferta e de demanda e principalmente de preços – em conjunturas não muito favoráveis, podem experimentar deterioração dos termos de troca e conseqüente redução da capacidade para importar.

Por outro lado, países especializados na produção e na exportação de produtos intensivos em recursos naturais e mão-de-obra barata, por estarem mais expostos às flutuações de preços e de demanda, podem no comércio internacional, estabelecerem relações de troca passíveis à deterioração mesmo em conjunturas benévolas.

importações são incorporados à fórmula mediante índices a partir de determinado ano-base.” Esta definição encontra-se em: SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia do século XXI. – 2ª. Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 116. Para série histórica ver IPEADATA – Dados Macroeconômicos.

EVIDENCIAS ESTADÍSTICAS: BRASIL, CHINA, ÍNDIA E MUNDO

Através de indicadores selecionados, pretendemos comparar o comportamento da economia brasileira em relação à China, à Índia e ao resto do mundo, bem como, examinar outros indicadores de desempenho específicos de comércio exterior exclusivos do Brasil.

Tabela 2: Taxa de crescimento anual do PIB segundo países e área selecionados por período.

Período	Taxa de Crescimento Anual do PIB (em %)			
	Brasil	China	Índia	Mundo
1971-75	10,3	5,9	2,9	3,8
1975-80	6,5	6,9	4,1	3,4
1980-85	2,6	10,2	5,6	2,6
1985-90	2,8	8,8	6,2	3,1
1990-95	1,8	10,8	5,2	1,8
1995-00	2,6	9,0	6,1	3,3
2000-05	2,5	9,3	6,4	3,0

Fonte: Elaborada pelos autores segundo dados da United Nations Statistics Division – National Accounts Main-Aggregates Database.

Ao final da década de 1970, o ciclo de crescimento econômico à taxas elevadas atinge o seu limite e a economia brasileira, passou a registrar por mais de três décadas, taxas de crescimento inferiores à média mundial.

Na década de 1980, a crise provocada pelos endividamentos interno e externo, lançaram a economia brasileira num circuito inflacionário crônico e persistente, cuja magnitude resultou na brusca frenagem do crescimento da economia, enquanto China e Índia cresciam à taxas superiores ao resto do mundo.

O ajuste pró-estabilização colocado em curso no início da década de 1990, conseguiu já a partir de 1995, promover o estancamento do processo inflacionário, porem, às custas de um crescimento econômico anêmico.

“A característica singular a ser ressaltada quanto ao desempenho da indústria no período 1981-90 é a orientação de uma parcela crescente da produção para o mercado internacional. Com o fim dos grandes blocos de investimentos do IIPND a industrialização deixou de gerar a sua própria demanda, e as possibilidades de expansão tendo por base a ampliação do mercado interno ficaram restringidas pela crise. [...] Reforçou-se assim, durante os anos 80, a inserção internacional da indústria brasileira com base nos segmentos representativos do padrão anterior de desenvolvimento e em produtos intensivos em recursos naturais, energia e mão-de-obra barata.”¹⁰

A conjuntura inflacionária que se instalou no país, contribuiu, para estancar os investimentos públicos em infra-estrutura e, para comprimir os investimentos privados destinados à expansão da capacidade de oferta e/ou à modernização do parque industrial.

A redução dos investimentos públicos ocorreu por conta da crise fiscal e do esgotamento da capacidade de financiamento do setor governo, ao passo que, a falta de perspectivas favoráveis de prazo mais largo, somada às possibilidades de obtenção de ganhos mais fáceis e sem risco, proporcionadas pela “ciranda financeira” que se instalou no país, induziram o setor privado a transferir recursos financeiros, do setor produtivo, para o circuito da especulação.

Tabela 3: PIB sob a ótica do dispêndio (em %) segundo países selecionados: 1970 e 2006.

Componentes Do PIB	Países Selecionados					
	Brasil		China		Índia	
	1970	2006	1971	2006	1970	2006
Consumo Final	76	80	71	51	90	68
Consumo famílias	64	60	63	36	81	57
Consumo governo	11	20	8	15	9	12
FBCF*	24	17	24	43	16	30
Exportações**	7	15	3	41	4	22

¹⁰ SUZIGAN, Wilson. A Indústria brasileira após uma década de estagnação: questões para política industrial. – Economia & Sociedade – Campinas/SP: IE/UNICAMP, 1992. p. 95.

Importações**	8	12	3	33	4	26
----------------------	---	----	---	----	---	----

Fonte: Elaboração dos autores segundo dados da United Nations Statistics Division

*FBCF: Formação bruta de capital fixo.

**Exportações e Importações como porcentagem do PIB.

Entre 1970 e 2006, os agregados do PIB sob a ótica do dispêndio, mostram tênue diminuição do consumo de governo no Brasil. Por outro lado, apesar da forte redução registrada na FBCF as exportações praticamente dobraram frente ao aumento moderado das importações.

Na direção oposta, a economia chinesa registrou acentuada redução do consumo final e das famílias seguida de expressivo aumento do consumo do governo. Contudo, o salto gigantesco promovido nos investimentos (FBCF) transformaram a China em verdadeira plataforma de exportações para o resto do mundo, abrindo por sua vez, espaço para ampliar também de forma acentuada as suas importações.

Em porcentagens diferentes, porém também significativas, a economia da Índia, experimentou grande impulso na FBCF e nas exportações, ainda que as suas importações tenham superado ligeiramente as exportações.

Tabela 4: Valor das exportações (US\$ dollar/FOB) e estrutura das mercadorias exportadas (% do total) em países selecionados e mundo – 1990 e 2005.

Países e Área	Valor das Exportações (US\$ dollar millions/FOB)		Estrutura das mercadorias exportadas (%)			
	Valor		Alimentos		Manufaturas	
	1990	2005	1990	2005	1990	2005
Brasil	31,414	118,308	28	26	52	54
China	62,091	761,954	13	3	72	92
Índia	17,969	95,096	16	9	70	70
Mundo	3.474.778	10.433.971	10	7	73	75

Fonte: Elaborada pelos autores segundo dados do World Bank Development Indicators

Primeiramente convém assinalar, que de 1990 a 2005, o comércio mundial – de acordo com o valor das exportações de mercadorias – registrou notável expansão, crescendo à taxas bem superiores que a taxa de crescimento médio do PIB mundial.

Analisando 2005, comparativamente ao ano de 1990 (2005/1990), podemos verificar que:

- a) o valor das exportações mundiais de mercadorias registrou variação percentual da ordem de 200,28% no período;
- b) o valor das exportações brasileiras de mercadorias acusou variação percentual de 276,61%, as exportações chinesas atingiram 1.127,16% de variação percentual, enquanto a Índia bem abaixo da China superou o Brasil com uma variação de 429,23%;
- c) enquanto no Brasil, a participação das exportações de alimentos no total das exportações registrou juntamente com as exportações de manufaturados pífia redução, as exportações de alimentos revelam significativa contribuição desse grupo para a pauta de exportações do país; e
- d) muito embora, as diferenças percentuais não sejam tão acentuadas, a participação das exportações de alimentos da Índia e da China aproximaram-se mais da média mundial, conquanto as exportações de manufatura da Índia situaram-se bem acima do Brasil e pouco abaixo da média, a participação das exportações de manufaturados no total das exportações chinesas superou de longe o Brasil, e em menor porcentagem a Índia e o percentual médio mundial.

1.1. EVIDÊNCIAS ESTATÍSTICAS: O DILEMA BRASILEIRO.

A economia brasileira durante mais de quatro séculos fora comandada de fora para dentro subordinando-se à dinâmica da demanda externa sob as bases do modelo agrário-exportador.

Por sua vez, o desempenho da economia, condicionado pela descontinuidade de diferentes ciclos e subciclos, tornara-se a marca registrada do subdesenvolvimento brasileiro.

“O ciclo pode ser definido como o período em que determinado produto, beneficiando-se da conjuntura favorável do momento, se constitui no centro dinâmico da economia, atraindo as forças econômicas – capitais e mão-de-obra – e provocando mudanças em todos os outros principais setores da sociedade, como na criação de novas atividades, no uso de equipamentos, na distribuição das rendas, na constituição de classes sociais, com o declínio de umas e ascensão de outras, etc. Geralmente, embora não necessariamente, o ciclo se caracteriza pela supremacia de determinado produto na exportação.”¹¹

De 1500 até 1850 aproximadamente, os ciclos e subciclos econômicos foram marcados pela influência específica, embrionária ou residual e acessória ou declinando do produto cíclico. Os principais produtos que deram vida a esses ciclos e subciclos econômicos com duração variada foram: o pau Brasil, o gado, o açúcar, o fumo, ouro e diamante, algodão, o café, a borracha e o cacau.

Diante disto, fica evidenciada a vulnerabilidade da economia brasileira, uma vez que, a pauta de exportações do país era constituída genuinamente por produtos primários, os quais, são por sua vez, muito sensíveis às flutuações de preços e de demanda.

A receita proveniente das exportações desses produtos, era por sua vez, instável, pois dependia e era fortemente influenciada pelas oscilações dos preços e da demanda externa.

“As economias periféricas enquanto exportadoras de produtos primários (mais tarde se diria: na etapa do desenvolvimento para fora) não dispõem, assim, de comando sobre seu próprio crescimento, que, ao contrario, depende, em ultima instancia, do vigor da demanda cêntrica. [...] A dinâmica da economia mundial tende, portanto, a aprofundar o desenvolvimento desigual (cuja expressão imediata é o desnível de produtividade média e de renda entre centro e periferia), [...]. Em outras palavras, há uma tendência à concentração dos frutos do progresso técnico nas economias centrais, e o

¹¹ BRUM, Argemiro J. O desenvolvimento econômico brasileiro. – 14ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 56.

mecanismo pelo qual, isto se dá, é a deterioração das relações de troca.”¹²

Deste modo, comandada de fora para dentro e submissa às flutuações da demanda e dos preços externos, a economia brasileira assim se manteve por quase quatrocentos anos. A pauta de exportações constituída exclusivamente por produtos primários manteve-se inalterada até por volta de 1946, quando então, com um percentual ainda reduzido de apenas 6%, os produtos manufaturados, passaram a compor com certa irregularidade porém de forma crescente o rol de produtos exportados pelo país.

Ocorre que tanto as crises cíclicas como as flutuações dos preços e da demanda dos produtos primários atingiram por conta da grande depressão de 1929 tamanha ordem de grandeza, que o governo brasileiro não tinha outra opção senão rever o modelo de desenvolvimento econômico até então vigente. Muito embora no início do século XIX o país já desenvolvia uma tímida atividade industrial, somente a partir de 1930 que a indústria ganha maior importância e vigor, uma vez que, tanto a atividade industrial passa a contribuir de forma progressiva na composição do produto total da economia, como também importantes alterações na estrutura industrial são colocadas em curso.

Tabela 5: Brasil, setores da atividade industrial segundo porcentagem do valor total adicionado: 1920-1940-1950-1960-1969

Indústrias	Participação no valor adicionado total (%)				
	1920	1940	1950	1960	1969
Minerais não-metálicos	4,7	5,3	7,4	6,7	5,8
Metalurgia	4,3	7,7	7,4	11,9	11,4
Mecânica	2,0	5,8	2,2	3,5	6,0
Material de Transporte	-	-	2,3	7,5	8,6
Madeira e Mobiliário	7,8	5,1	5,6	5,4	4,2
Artefatos de borracha	0,2	0,7	2,1	2,3	2,6

¹² MELLO, João Manoel Cardoso de. O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. – São Paulo: Brasiliense, 1998. p. 15-16.

Couros e artefatos de couro	2,4	1,7	1,3	1,1	0,6
Química e farmacêutica	6,0	10,4	9,4	11,2	14,2
Têxtil	28,6	22,7	20,1	12,0	10,1
Vestuário, calçados artefat. tec.	8,6	4,9	4,3	3,6	2,8
Produtos alimentares	22,2	22,9	19,6	16,9	12,9

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados de Baer (1998).

As transformações que ocorreram na estrutura da indústria de transformação conferem por si só, que efetivas e substanciais mudanças de caráter estrutural estariam se desenvolvendo na economia brasileira, o caráter da progressiva industrialização do país, produzia alterações na composição do PIB; na ocupação da força de trabalho; na estrutura da indústria de transformação; na produtividade total da economia; na estrutura de consumo e, ainda promoveria, modificações importantes na composição das exportações.

Tabela 6: Brasil, índices de quantum e de preços das exportações e importações – diversos anos.

Anos	Índices (2006=100)			
	Quantum		Preços	
	Exportações	Importações	Exportações	Importações
1974	29,7	42,4	56,1	55,9
1978	13,4	24,1	68,4	61,9
1982	19,5	19,8	75,0	106,8
1986	22,8	19,4	71,0	79,1
1990	28,7	21,2	79,3	106,4
1994	41,0	43,6	77,0	82,9
1998	45,1	82,4	82,3	76,6
2002	64,2	71,7	68,3	72,1

2005	96,8	86,1	88,9	93,5
2007	105,5	122,0	110,5	108,2

Fonte: IPEADATA, Elaboração dos autores

Nesses dez anos observados, equivalente a um período de trinta e três anos, o índice de quantum médio das exportações foi de 46,6, e o das importações um pouco acima, ficou em torno de 53,2, do mesmo modo, o índice de preços médio das exportações de 77,6 situou-se pouco abaixo aos 84,3 registrados para as importações.*

Apesar dessas mudanças sem dúvida importantes, convém salientar, que a conjuntura econômica que se instalou no país na década de 1990, foi também responsável por uma série de eventos por demais preocupantes.

A abertura comercial e financeira promovidas por FHC paralelamente ao ajuste pró-estabilização da economia brasileira, por um lado, estancou o processo inflacionário crônico do país mas, por outro lado, produziu efeitos danosos sobre a indústria.

“As informações sobre composição da pauta de exportações e importações são reveladoras do perfil de integração externa da economia brasileira na década. [...] o perfil das exportações manteve-se inalterado, incluindo uma alta concentração nos setores intensivos em recursos naturais e bens intermediários intensivos em escala. [...] No âmbito das importações, as mudanças foram mais significativas. [...], as indústrias intensivas em tecnologia e fornecedores especializados passam a liderar a pauta de importações. O que se pode concluir [...] é que a estrutura do comércio exterior brasileiro refletiu fielmente as mudanças ocorridas na estrutura produtiva, com exportações concentradas em setores de menor conteúdo tecnológico, ocorrendo o inverso com as importações.”¹³

Na década de 1980, a conjuntura inflacionária potencializou uma série de eventos desfavoráveis aos investimentos privados, quer seja para o aumento da

* Nota: Contudo, mesmo que os índices de quantum e de preços das importações, tenham ficado acima dos índices das exportações, em se tratando de saldo comercial, convém salientar que não se pode deduzir por este motivo que a conta de transações correntes tenha nesse período registrado déficits constantes. De outra forma, não podemos afirmar que a balança comercial do país tenha no intervalo de tempo considerado produzido de forma sucessiva déficit comercial, muito embora, seja nítida a deterioração dos termos de troca.

¹³ CARNEIRO, Ricardo. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. – São Paulo: Editora UNESP, IE-UNICAMP, 2002. p. 334.

capacidade de oferta, quer seja para promover a atualização tecnológica da indústria brasileira. Além disso, a redução dos grandes investimentos públicos, combinada com a defasagem tecnológica da indústria nacional, comprometeram seriamente os fundamentos econômicos da competitividade do aparelho produtivo do país.

Enquanto o comércio mundial passou a demandar produtos de maior composição tecnológica, as exportações brasileiras concentraram-se em produtos de menos teor tecnológico intensivos de mão-de-obra barata e em recursos naturais.

Tabela 7: Exportação brasileira por fator agregado como porcentagem do total das exportações (%).

Anos	Participação sobre o total das exportações (%)		
	Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados
1964	85,4	8,0	6,2
1970	74,8	9,1	15,2
1980	42,2	11,7	44,8
1990	27,8	16,3	54,2
2000	22,8	15,4	59,0
2001	26,4	14,2	56,5
2002	28,1	14,9	54,7
2003	29,0	15,0	54,3
2004	29,6	13,9	54,9
2005	29,3	13,5	55,1
2006	29,2	14,2	54,4
2007	32,1	13,6	52,3
2008*	29,9	15,1	52,0

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Elaboração dos autores.

*Janeiro/Fevereiro

É notória a mudança que ocorreu na composição das exportações brasileiras, traduzida pela progressiva redução da participação relativa dos produtos básicos e da progressiva contribuição dos produtos manufaturados. O grupo de produtos semimanufaturados praticamente manteve sua participação inalterada com oscilações insignificantes.

Todavia, a partir de 2003 os produtos básicos que vinham desde 1970 descrevendo um movimento descendente, iniciam, ainda que suave, trajetória de tênue progressão, enquanto os produtos manufaturados, passaram a registrar nítida redução na composição das exportações do país.

O ex-ministro da fazenda e ex-secretário geral da UNCTAD – órgão da ONU para assuntos relacionados ao comércio e desenvolvimento – Rubens Ricupero, já havia alertado para o fato de que a economia brasileira estaria sofrendo de um problema de oferta limitada e equivocada.

A elevada carga tributária sobre o PIB, o problema da sobrevalorização do câmbio e da taxa de juros, somados às deficiências infra-estruturais – precariedade da malha rodoviária, energia elétrica, deficiências operacionais no sistema portuário, etc. – prejudicam e comprometem a competitividade da indústria nacional. Enquanto a participação dos produtos manufaturados da China e da Índia representa quase que a totalidade de suas exportações crescentes, a participação desse mesmo grupo de produtos nas exportações brasileiras, além de ter ficado abaixo da média mundial, sofre constante e progressiva ameaça de respeitáveis concorrentes.

Outros dois sintomas graves que vem preocupando e ocupando considerável espaço no debate econômico nacional, relacionam-se ao fenômeno da desindustrialização e do aumento dos preços das commodities.

Em relação ao aumento dos preços das commodities, tanto a mídia escrita como na veiculação pela televisão, este assunto ocupa considerável espaço, muito embora, as opiniões não sejam convergentes.*

* Comentários: Especialistas, renomados economistas e profissionais que operam no mercado financeiro e de valores, analisam o problema da alta de preços das commodities e da crescente contribuição dos produtos básicos na exportações brasileiras.

- “Os preços das commodities tiveram sua maior desvalorização em uma única semana desde pelo menos 1956, com a possibilidade de redução no consumo global vinda com uma desaceleração no crescimento do mundo. O economista Antônio P. Gonçalves, da FGV [...] prevê uma queda significativa no fluxo de comércio mundial, com conseqüências para a balança comercial brasileira. Como efeito, o país amargaria déficit em conta corrente e redução dos investimentos privados. [...] Os efeitos de uma eventual queda nos preços das commodities seriam nas exportações. [...] o impacto pode ser pequeno, porque em 2007, as importações já cresciam em ritmo mais acelerado do que as exportações e o país teve contribuição negativa do setor externo para o crescimento.”- Jornal Folha de São Paulo de 21 de Março de 2008, Caderno Dinheiro B1 pág. B9.
- “Desde 1990/92, quando deixamos de neutralizar a doença holandesa, a participação no total das exportações dos bens manufaturados e semimanufaturados não pára de cair. [...] E quanto ao desenvolvimento sustentado? Estará sustentado enquanto os preços das commodities estiverem altos; enquanto o aumento do déficit em conta corrente não for explosivo, como já é o aumento

“A explicação que vem sendo freqüentemente dada para o crescimento das exportações brasileiras refere-se ao aumento dos preços das commodities. Dentro dessa lógica, os citados ganhos de participação do país no comércio internacional estariam relacionados a aumentos nos preços dos bens exportados pelo país, frente aos importados. [...] No período de 2003 a 2005, a Vale do Rio Doce conseguiu um reajuste de cerca de 100% nos seus contratos de vendas do minério. A análise da evolução dos índices de preços e de quantum das exportações e importações, no entanto, mostra um panorama diferente. Não houve ganhos nos termos de troca.”¹⁴

Basta lembrar inclusive que recente estudo sobre o comércio bilateral Brasil-China, as exportações brasileiras concentradas em produtos básicos e commodities de menor valor para a China, confrontavam-se com importações de produtos chineses de maior composição tecnológica, configurando desse modo, deterioração dos termos de troca.

Muito embora o setor externo tenha contribuído de forma ascendente para o crescimento da economia brasileira nos últimos anos, sobretudo em razão da conjuntura internacional favorecida pelo crescimento vigoroso da China e da Índia, a economia brasileira poderá experimentar resultados não muito agradáveis. Além de outros fatores externos derivados da crise norte-americana, da inflação chinesa em curso ascendente, problemas internos potencializados pelo tripé câmbio-juros-tributos, podem comprometer e abortar o crescimento da economia brasileira, sem contar com o possível desequilíbrio externo na conta de transações correntes.

Tabela 8: Brasil, PIB sob a ótica da demanda, participação das exportações e das importações no PIB (%) – 2000 a 2007.

das importações [...]” Luiz Carlos Bresser-Pereira – Jornal Folha de São Paulo de 10 de março de 2008, Caderno Dinheiro B1, pág. B2.

¹⁴ PUGA, Fernando Pimentel. Porque crescem as exportações brasileiras. In: BNDES – Visão do Desenvolvimento. Ernani Teixeira Torres Filho [et. Alli.]. – Rio de Janeiro: BNDES, 2006. p. 56.

Anos	Participação no PIB (%)	
	Exportações*	Importações*
2000	11,5	13,6
2001	14,2	15,7
2002	16,3	14,6
2003	17,3	13,9
2004	19,1	14,6
2005	17,6	13,4
2006	17,0	13,6
2007	16,2	14,4

Fonte: IPEADATA – Dados Macroeconômicos, Elaboração dos autores.

*Exportações e Importações de bens e serviços.

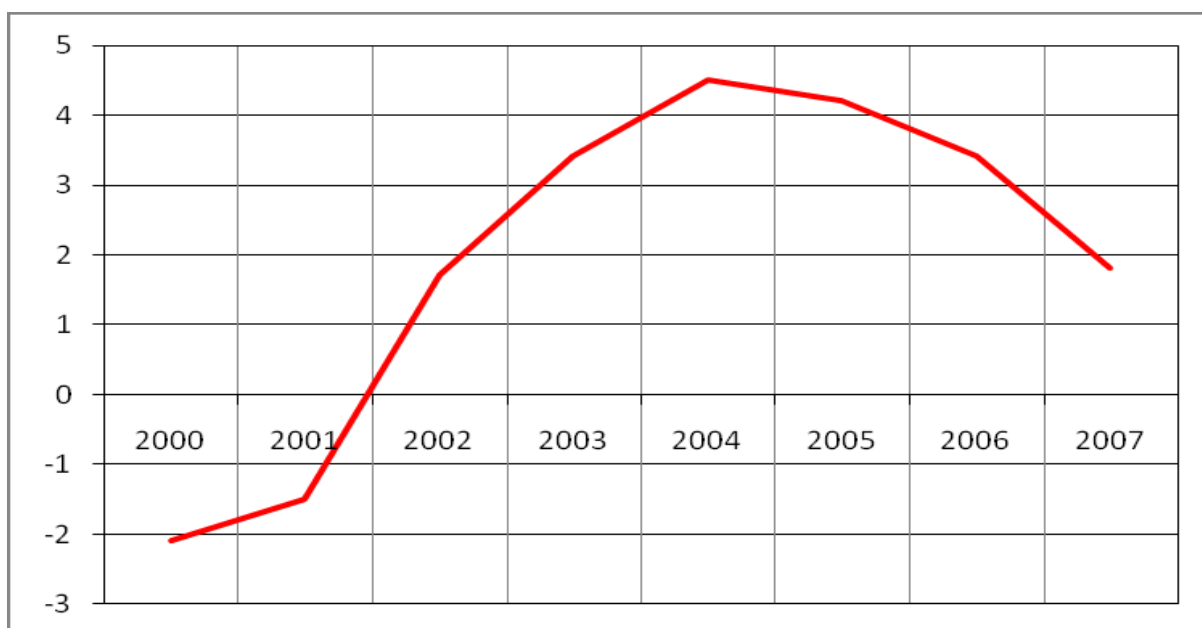


Gráfico 1: Saldo comercial como porcentagem do PIB

Fonte: IPEADATA – Dados Macroeconômicos, Elaboração dos autores.

A reversão da tendência do déficit em transações correntes iniciada em 1995, somente é interrompida em 2001, quando então, o desempenho das exportações supera as importações. Contudo, a expansão das exportações impulsionadas pela conjuntura internacional – crescimento da demanda mundial e preços favoráveis das commodities – parece ter perdido fôlego já a partir de 2004,

uma vez que, o saldo comercial brasileiro como porcentagem do PIB iniciou nítida trajetória cadente.

Outros dois aspectos por sinal relevantes estão relacionados ao comportamento dos preços de algumas commodities – segundo o índice de preços – e o seu efeito sobre o índice de preços das exportações brasileiras de produtos básicos.

Tabela 9: Índice de preços de commodities agrícolas e minerais.

Anos	Índice de Preços (2005=100)		
	Grupo I – Cereais (trigo, milho, arroz, cevada)	Grupo II – Agrícolas e Matérias brutas (algodão, madeira, lã, borracha)	Grupo III – Commodities Minerais (alumínio, zinco, níquel, minério de ferro)
1980	121.94	71.89	73.76
1985	92,03	61.27	47.69
1990	95.90	102.35	74.20
1995	117.51	120.27	76.00
2000	78.84	98.56	62.69
2004	102.98	99.47	81.70
2006	121.29	108.81	156.19
2007	158.73	114.09	183.31
2008	216.63	111.46	180.87

Fonte: FMI – Fundo Monetário Internacional: World Economic Outlook Database, April 2008. Elaboração dos autores.

O grupo I de commodities* agrícolas, entre 1980 e 2008, registrou uma variação de 77,66% (índice de preços), em menor proporção, as commodities

* Commodity (Commodities). “O termo significa literalmente “mercadoria” em inglês. Nas relações comerciais internacionais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, com é o caso do café, do chá, do algodão, da lã, [...]. MERCADO DE COMMODITIES. Centros financeiros, onde são negociadas as commodities (produtos primários de grande importância econômica, (...). Por serem as *commodities* produtos de grande importância no comércio internacional, seus preços acabam sendo ditados pelas cotações dos principais mercados: Londres, Nova York e Chicago.” Veja inclusive Bolsa de Mercadorias. SANDRONI, Op. Cit; p. 165-531.

agrícolas e matérias brutas registraram uma oscilação de 55,05%, entretanto, o grupo de commodities minerais, lideraram com larga vantagem a variação de preços dos dois anteriores (Grupo I e II), apontando para uma alteração da ordem de 145,22% nos seus respectivos preços.

No Brasil, o efeito desse aumento já se manifestou com expressiva força no índice de preços das exportações dos produtos básicos e dos semimanufaturados, já que no primeiro, o índice de preços de 68,01 em 2000, atingiu nos primeiros meses de 2008 a casa dos 140,6, enquanto no segundo grupo, o índice de preços saltou de 69,52 em 2000, para 128,1 no início de 2008.

Diante dessa perspectiva, através do cálculo matemático de regressão, pretendemos verificar o que poderá ocorrer com o desempenho do setor externo medido pelo seu respectivo saldo das transações correntes.

1.3. PROJEÇÃO DO ÍNDICE DE EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES PARA 2008 e 2009.

Metodologia:

Para calcular o índice de importações e exportações para os próximos anos utilizamos o método das médias móveis, pois representa o valor médio normalmente dos índices de fechamento em um período de tempo, ou seja, constata as mudanças de tendência e acompanha o seu desenvolvimento.

Analisando os dados das exportações e das importações – segundo os Índices de quantum (base 2006=100%) – IPEADATA -, selecionamos uma classe de 4 anos e projetamos o 5º, esses cálculos apresentavam um desvio em relação ao real, então fizemos a média dos desvios para concluir a diferença que provavelmente terá na média móvel bianual encontrada para 2008 e 2009, os resultados foram o seguinte:

Tabela 10: Cálculo da média dos desvios das importações.

ÍNDICE DE IMPORTAÇÕES				
Anos utilizados	Projeção para:	Valor	Valor real	Desvio
1974 - 1977	1978	37,7800	24,1842	13,5908
1979 - 1982	1983	23,4600	16,4758	6,9842
1984 - 1987	1988	17,0115	17,4425	0,4310
1989 - 1992	1993	22,2406	31,3142	10,0736
1994 - 1997	1998	64,4371	82,4733	18,0362
1999 - 2002	2003	75,7133	69,1133	6,6000
2004 - 2006	2007	89,2803	122,0050	32,7247

Média dos desvios das importações: 12,6344.

Tabela 11: Cálculo da média dos desvios das exportações.

ÍNDICE DE EXPORTAÇÕES				
Anos utilizados	Projeção para:	Valor	Valor real	Desvio
1974 - 1977	1978	26,2200	13,4000	12,8250
1979 - 1982	1983	18,3250	22,3000	3,9750
1984 - 1987	1988	25,8000	30,9000	5,1000
1989 - 1992	1993	30,8750	40,2000	9,3250
1994 - 1997	1998	40,6750	45,1000	4,4250
1999 - 2002	2003	56,4750	74,3000	17,8250
2004 - 2006	2007	95,1000	105,5000	10,4000

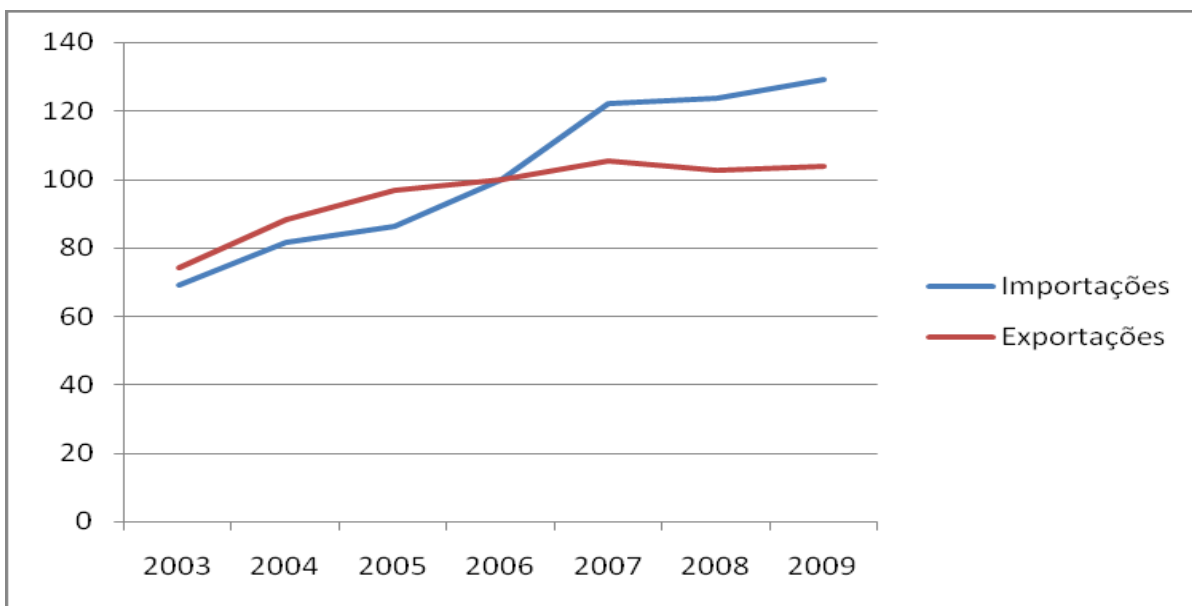
Média dos desvios das exportações: 9,125

Considerando: como base 100 o ano de 2006, os dados anteriores e usando 2006 e 2007 para projetar 2008 concluímos que o índice de importações poderá variar de 98,37% à 123,64%. E utilizando 2007 e 2008 para projetar 2009 é

provável que fique entre 103,87% à 129,14%. Seguindo o mesmo raciocínio para as exportações, sua projeção para 2008 será de 93,63% à 111,88% e para 2009 de 95% à 113,25%.

É claro que são apenas possibilidades e que isso dependerá de vários fatores econômicos além das projeções matemáticas.

A projeção gráfica foi a seguinte:



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na década de 1990, o esforço do setor exportador brasileiro foi de certo modo impulsionado pelo lema “exportar a qualquer custo” ou, ainda, por aquele “exportar é o que importa”.

O saldo comercial brasileiro que entre 1995 e 2000 amargou sucessivos déficits das transações correntes, iniciou a partir de 2001 movimento de recuperação e de crescente geração de superávit comercial.

Entre os anos de 2001 a 2005, o setor externo passou a registrar progressivo saldo líquido das transações correntes em proporção ao PIB, enquanto reflexo da conjuntura mundial favorecida sobretudo pelo vertiginoso crescimento econômico da China e da Índia.

Não se pode negar o esforço do empresário industrial brasileiro direcionado para a conquista de novos mercados, visando principalmente a redução da dependência do Setor externo em relação ao mercado norte-americano.

Porém, fatores interno traduzidos pela ausência de uma Política Industrial, da morosidade em se implementar as reformas tributárias e fiscal, num quadro conjuntural marcado pelo abusivo aumento da carga tributária bruta sobre o PIB, dos elevados juros internos praticados sob a tutela do BC e do câmbio sobrevalorizado, dificultam a modernização do aparelho produtiva e ainda contribuem negativamente para o aumento da competitividade do produto brasileiro.

Assim, a pauta das exportações brasileiras, ainda constituída em boa medida por produtos de baixa composição tecnológica intensivos em recursos naturais, energia elétrica e mão-de-obra barata, ganharam novo impulso em razão do aumento dos preços das principais commodities agrícolas e minerais.

Todavia, o setor externo a partir de 2006, começa a perder fôlego e, as importações crescentes inclusive de produtos de maior teor tecnológico, além de configurarem deterioração dos termos de intercâmbio, parecem ameaçar a tendência anterior de geração de superávit para traduzir-se em déficit comercial.

A instabilidade da economia mundial, traduzida mais recentemente, pela crise norte-americana, pela alta imoderada do preço do petróleo, pelos aumentos de preços das commodities, pelo aumento da taxa de juros interna (SELIC) cujo diferencial em relação a outros países tornam ainda mais atrativo o mercado brasileiro, o que contribui positivamente para a valorização da moeda brasileira, podem ser o prenúncio de um espetáculo a la Shakespeare que pode tender à comédia, ou, na pior das hipóteses, à tragédia.

A síntese dialética do espetáculo shakespeariano pode convergir para o drama. Quem sabe assim, possamos aprender que neste palco, os atores devem representar papéis distintos, porém não divergentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAER, Werner. A Industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil. Tradução: Paulo de Almeida Rodrigues. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988. p. 521.

BRUM, Argemiro J. O desenvolvimento econômico brasileiro. – 14ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 56.

CARNEIRO, Ricardo. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. – São Paulo: Editora UNESP, IE-UNICAMP, 2002. p. 334.

GUIMARÃES, Eduardo Augusto. Acumulação e crescimento da firma: um estudo de organização industrial. – Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. p. 14.

FMI – Fundo Monetário Internacional: World Economic Outlook Database, April 2008

IPEA-Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

MAYNARD, Geoffrey. Desenvolvimento, inflação e preços. Tradução: Luciano Miral. – Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1963. p. 56-57.

MDIC-Ministerio do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior

MELLO, João Manoel Cardoso de. O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. – São Paulo: Brasiliense, 1998. p. 15-16.

SILVIA, José Cláudio Ferreira da. Relações Macroeconômicas Básicas – Rio de Janeiro: Cadernos ANGE, n. 7. 1994. p. 11.

SUZIGAN, Wilson. A Indústria brasileira após uma década de estagnação: questões para política industrial. – Economia & Sociedade – Campinas/SP: IE/UNICAMP, 1992. p. 95.

PUGA, Fernando Pimentel. Porque crescem as exportações brasileiras. In: BNDES – Visão do Desenvolvimento. Ernani Teixeira Torres Filho [et. Alli.]. – Rio de Janeiro: BNDES, 2006. p. 56.

United Nations Statistics Division - National Accounts Main-Aggregates Database.

World Bank Development Indicators